



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
RUA – DR. NELSON RIBEIRO LOPES, CENTRO, S/N  
SANTANA DE MANGUEIRA – PB

Projeto de Lei Municipal Nº 39, de 23 de Fevereiro de 2007

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal  
De Acompanhamento e Controle Social do  
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da  
Educação Básica e de valorização dos Profissionais  
Da Educação – Conselho do FUNDEB.

O Prefeito do Município de Santana de Mangueira-PB, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 24, §1º da Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, FAÇO saber que a câmara aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Capitulo I  
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, no âmbito do Município de Santana de Mangueira-PB

Capitulo II  
Da composição

Art. 2º O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por 07 membros titulares, acompanhado de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:

- I) um representante da Secretaria Municipal de Educação, indicado pelo Poder Executivo Municipal;
- II) um representante dos professores das escolas publicas municipais;
- III) um representante dos diretores das escolas publicas municipais;

- IV) um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas publicas municipais;
- V) um representante dos pais de alunos das escolas publicas municipais;
- VI) um representante dos estudantes da educação básica publica;
- VII) um representante do Conselho Municipal da Educação;
- VIII) um representante do Conselho Tutelar.

\$1º - Os membros de que tratam os incisos II, III, IV, V e VI deste artigo serão indicados pelas respectivas representações Classe Representativa dos professores das escolas publicas municipais, Classe Representativa dos diretores das escolas publicas municipais, Classe Representativa dos servidores técnico-administrativos das escolas publicas municipais Classe Representativa dos pais de alunos das escolas publicas municipais, Classe Representativa dos estudantes da educação básica publica.

\$ 2º - A indicação referida no art. 1º, deverá ocorrer em até vinte dias antes do termino do mandato dos conselheiros anteriores, para nomeação dos conselheiros.

\$3º - Os conselheiros de que trata deste artigo deverão guardar vinculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no \$1º

\$4º - Os representantes, titular e suplente, dos diretores das escolas publicas municipais deverão ser diretores eleitos por suas respectivas comunidades escolares.

\$5º - São impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:

- I- cônjuge e parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito e do vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;
- II- tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestam serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;
- III- estudantes que não sejam emancipados ; e
- IV- pais de alunos que:
  - a) exerçam cargos ou funções publicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou
  - b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

Art. 3º - O suplente substituirá o titulo do Conselho do FUNDEB nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

- I- desligamento por motivos particulares;
- II- rompimento do vinculo de que trata o \$3º, doa art. 2º; e
- III- situação de impedimento previsto no \$6º, incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.

§1º - Na hipótese em que o suplente incorrer simultaneamente na situação de afastamento definitivo descrito no art. 3º, o estabelecimento ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e novo suplente .

§2º - Na hipótese em que o titular e o suplente incorram simultaneamente na situação de afastamento definitivo descrita no art. 3º, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e novo suplente para o Conselho do FUNDEB.

Art. 4º - O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez.

### Capitulo III Das Competências do Conselho do FUNDEB

Art. 5º - Compete ao Conselho do FUNDEB:

- I- acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;
- II- supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;
- III- examinar os registros contábil e demonstrativo gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;
- IV- emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizados mensalmente pelo Poder Executivo Municipal ; e
- V- outras atribuições que legislação específica eventualmente estabeleça;

Parágrafo Único – O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de contas dos municípios.

### Capitulo IV Das disposições Finais

Art. 6º - O conselho do FUNDEB terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos pelos conselheiros.

Parágrafo Único- Está impedido de ocupar a Presidência o conselheiro designado nos termos do Art. 2º, I desta lei.

Art. 7º - Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho do FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo prevista no art. 3º, Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

Art. 8º - No prazo Máximo de 30(trinta) dias após a instalação do Conselho do FUNDEB, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

Art. 9º - As reuniões ordinárias do Conselho do FUNDEB serão realizadas mensalmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito pelo menos um terço dos membros efetivos.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 10 - O Conselho do FUNDEB atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

Art. 11 A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB:

- I - não será remunerado;
- II - é considerado atividade de relevante interesse social;
- III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunha sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e
- IV - veda, quando os conselheiro forem representantes de professores e diretores ou servidores das escolas publicas, no curso do mandato:

- a) exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;
- b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselheiro;
- c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do termino do mandato para o qual tenha sido designado.

Art. 12 - O Conselho FUNBEB não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infra-estrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministro da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição .

Parágrafo Único - A Prefeitura Municipal deverá ceder ao Conselho do FUNDEB um servidor do quadro efetivo municipal para atuar como Secretario Executivo do Conselho.

Art. 13 - O Conselho do FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao poder legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo; e

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretario Municipal de Educação ou servidor equivalente, para prestar esclarecimento acerca do fluxo de recursos e a

execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

Art.14 – Durante o prazo previsto no §2º do art. 2º, os novos membros deverão se reunir com os membros do Conselho do FUNDEB, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

Art.15 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação